

Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas
Empresas do
Estado de Rondônia
- SEBRAE/RO

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone 55 (92) 2123-2350, Fax 55 (92) 2123-2367
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO
Porto Velho - RO

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO ("Entidade") em 31 de março de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, até setembro de 2015 a Entidade esteve sob intervenção do SEBRAE Nacional em função de investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) durante o segundo semestre de 2013, por suspeita de fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais. Por determinação do SEBRAE Nacional foi contratada empresa especializada que procedeu com uma auditoria investigativa, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impetradas com base nas investigações promovidas pelo MPE. Baseada nas conclusões dessa auditoria investigativa, a atual Administração da Entidade entende que os fatos ocorridos não tiveram impactos significativos sobre suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Considerando o estágio atual das investigações promovidas pelo MPE não é possível estimar quais serão os desdobramentos desse assunto. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas e revisadas, respectivamente, e nossos relatórios datados de 5 de fevereiro e 29 de junho de 2016, respectivamente, e continham ressalva relacionada ao mesmo assunto descrito na "Ênfase" deste relatório.

Manaus, 22 de junho de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.967	11.220	Fornecedores	10	329	584
Créditos a receber		114	149	Obrigações sociais e trabalhistas	11	343	22
Recursos vinculados a convênios e contratos		1.322	154	Obrigações tributárias		178	379
Transações com convênios a executar		221	63	Obrigações com convênios e contratos		74	52
Créditos com o sistema SEBRAE	8	-	444	Provisões trabalhistas	12	1.266	2.009
Outros créditos		129	16	Obrigações com o sistema SEBRAE	8	882	1.004
Despesas antecipadas		23	16				
Total do ativo circulante		12.776	12.062	Total do passivo circulante		3.072	4.050
Não circulante				Não circulante			
Depósitos e cauções		335	327	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	13	635	160
Imobilizado	9	13.217	13.212	Total do passivo não circulante		635	160
Total do ativo não circulante		13.552	13.539	Total do passivo		3.707	4.210
				Patrimônio líquido	14		
				Superávit acumulado		12.106	10.861
				Ajustes de avaliação patrimonial		10.474	10.489
				Reserva de subvenção		41	41
				Total do patrimônio líquido		22.621	21.391
Total do ativo		26.328	25.601	Total do passivo e patrimônio líquido		26.328	25.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações dos resultados

Período de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2016 a 31/03/2016	01/01/2015 a 31/03/2015
Receitas operacionais			
Contribuições sociais	8	8.999	7.889
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		31	-
Receitas empresas beneficiadas		138	90
Outras receitas operacionais		425	292
		<u>9.593</u>	<u>8.271</u>
Despesas operacionais			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	(4.303)	(3.006)
Serviços profissionais e contratados	16	(1.844)	(635)
Custos e despesas de operacionalização	17	(1.712)	(1.149)
Encargos diversos		(107)	(65)
Provisões		(552)	(106)
Depreciação		(150)	(168)
Outras despesas operacionais		(81)	(9)
		<u>(8.749)</u>	<u>(5.138)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>844</u>	<u>3.133</u>
Receitas financeiras	18	389	445
Despesas financeiras	18	(3)	(8)
Resultado financeiro líquido		<u>386</u>	<u>437</u>
Superávit do período		<u><u>1.230</u></u>	<u><u>3.570</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	01/01/2016 a 31/03/2016	01/01/2015 a 31/03/2015
Superávit do período	1.230	3.570
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.230</u></u>	<u><u>3.570</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de subvenção	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	9.150	10.550	41	19.741
Superávit do período	3.570	-	-	3.570
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	15	(15)	-	-
Saldos em 31 de março de 2015	12.735	10.535	41	23.311
Saldos em 1º de janeiro de 2016	10.861	10.489	41	21.391
Superávit do período	1.230	-	-	1.230
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	15	(15)	-	-
Saldos em 31 de março de 2016	12.106	10.474	41	22.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de três meses findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	1.230	3.570
Ajustes no resultado:		
Depreciação	150	168
Valor residual do ativo baixado	82	9
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	475	30
	<u>1.937</u>	<u>3.777</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	35	(18)
Recursos vinculados a convênios e contratos	(1.168)	(3.425)
Transações com convênios a executar	(158)	(37)
Créditos com o sistema SEBRAE	444	(5)
Outros créditos	(113)	185
Despesas antecipadas	(7)	(34)
Depósitos e cauções	(8)	(171)
Aplicações financeiras	-	(110)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e outras obrigações	(255)	(41)
Obrigações sociais e trabalhistas	120	(98)
Obrigações com convênios e contratos	22	3
Provisões trabalhistas	(743)	(302)
Obrigações com o sistema SEBRAE	(122)	(3.862)
	<u>(16)</u>	<u>(4.138)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(237)	(300)
	<u>(237)</u>	<u>(300)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
	<u>(237)</u>	<u>(300)</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(253)	(4.438)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>11.220</u>	<u>11.833</u>
Caixa e equivalentes de caixa 31 de março	<u><u>10.967</u></u>	<u><u>7.395</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - SEBRAE/RO (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, instituída com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. Está sediada à avenida Campos Sales, 3421, Olaria, Porto Velho, estado de Rondônia.

O âmbito de atuação da Entidade constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do estado do Rondônia, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RO recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA), que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e ao Distrito Federal, para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país. Os SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco da Amazônia S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- Caixa Econômica Federal;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia - FAPERON;
- Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia - FACER;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas - FCDL;
- Federação do Comércio do Estado de Rondônia - FECOMERCIO;
- Federação das Entidades de Micro e Pequenas Empresas de Rondônia - FEEMPI;
- Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO;
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA;
- Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Getão - SEPOG; e
- Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

1.1 Investigações sobre denúncias investigadas pelo MPE

Baseado em denúncias contra a administração da Entidade na época, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) realizaram auditoria durante os anos de 2012 e 2013 no SEBRAE/RO. Com base nos resultados da referida auditoria, o Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) iniciou investigação durante o segundo semestre de 2013 e, em 11 de dezembro daquele ano foi realizada a prisão preventiva de diretores e determinados colaboradores vinculados à Entidade à época, que foram afastados de suas funções para aprofundamento das investigações quanto ao suposto envolvimento dos mesmos em fraudes, principalmente nos processos de licitações, contratações, convênios e aquisições de serviços e materiais.

Durante o período de afastamento dos ex-diretores, a Administração da Entidade ficou a cargo de gestores nomeados pelo Conselho Deliberativo Estadual (CDE) até 28 de janeiro de 2014, quando foram instituídas. Em 30 de janeiro de 2014, através da Resolução CDN 242/2014, o Conselho Deliberativo Nacional (CDN) do SEBRAE aplicou pena de intervenção ao SEBRAE/RO, nos termos do seu estatuto, suspendendo as atividades e o funcionamento do CDE.

Para a intervenção foram nomeados dois colaboradores do SEBRAE/NA e um do SEBRAE/RO, que acumularam as funções da Diretoria Executiva e do CDE até 30 de setembro de 2015. O CDN determinou, ainda, que se iniciasse uma auditoria investigativa especial, apoiado por empresa especializada, a fim de apurar detalhes das causas e consequências das medidas cautelares impostas com base nas investigações promovidas pelo MPE.

Em 30 de setembro de 2015 ocorreram reuniões extraordinárias do CDE que deliberaram a eleição do presidente do CDE e das Diretorias Administrativa e Financeira e Técnica da Entidade.

No momento da apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias, as investigações do MPE e o processo judicial tramitam sob sigilo de justiça. As conclusões preliminares da auditoria investigativa especial mencionada anteriormente permitem que a atual Administração da Entidade possa inferir que os fatos ocorridos não acarretaram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Entidade com relação ao assunto mencionado acima.

2 Base de apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras intermediárias - Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas. A administração da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras intermediárias em 22 de junho de 2016.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisões para perdas em processos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 9) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 20). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos que afetem estas demonstrações financeiras intermediárias.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras intermediárias em milhares de Reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são basicamente as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa	7	-
Contas bancárias (a)	40	46
Aplicações financeiras (b)	10.920	11.174
	<u>10.967</u>	<u>11.220</u>

- (a) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, se encontram a seguir descritas:

	31/03/2016	31/12/2015
Banco do Brasil S.A.	31	45
Caixa Econômica Federal	9	-
	<u>40</u>	<u>45</u>

- (b) Representadas por recursos mantidos nos fundos relacionados abaixo, com taxa de remuneração média de 0,83% a 1,09% ao mês. Tais recursos são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade:

Instituição financeira	Tipo de investimento	31/03/2016	31/12/2015
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento de renda fixa	8.687	8.464
Banco do Brasil S.A.	Fundo de investimento de renda fixa	3.115	2.710
		<u>11.802</u>	<u>11.174</u>
Ajuste de disponibilidade - Recursos vinculados a CSN (c)		<u>(882)</u>	<u>-</u>
		<u><u>10.920</u></u>	<u><u>11.174</u></u>

- (c) Os recursos vinculados a convênios foram segregados da rubrica “caixa e equivalentes de caixa”, por não representarem recursos de livre movimentação.

8 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas os seguintes entes:

- Governo Federal;
- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE		
CSN a receber	-	443
CSO - Ressarcimentos a receber	-	1
	<u>-</u>	<u>444</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>444</u></u>
Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE		
CSN a comprovar	882	-
CSO a devolver	-	1.004
	<u>882</u>	<u>1.004</u>
	<u><u>882</u></u>	<u><u>1.004</u></u>

Houve necessidade de devolução de parcela integral de CSN recebida durante o exercício. O acerto financeiro foi realizado pela Entidade em fevereiro/2016, conforme a IN 37-16.

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Transações no resultado		
CSO (a)	8.591	7.289
CSN (b)	408	600
	<u>8.999</u>	<u>7.889</u>
	<u><u>8.999</u></u>	<u><u>7.889</u></u>

- (a) Contribuição Social Ordinária (CSO) - valores distribuídos às unidades do SEBRAE com base no orçamento anual e plano plurianual, onde consta o detalhamento dos recursos financeiros, das metas físicas e das unidades responsáveis para cada ação dos projetos das atividades.
- (b) Contribuição Social Nacional (CSN) - valores diretamente vinculados à execução de projetos específicos.

As transferências que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/RO, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da administração:

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Remuneração	195	-
Benefícios	24	-
	219	-

Em 31 de março de 2015, não existiram desembolsos, tendo em vista que os interventores nomeados pela SEBRAE/NA em substituição à Diretoria foram remunerados por aquela entidade.

9 Imobilizado

	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 1º/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2016
Custo					
Terrenos		9.964	-	-	9.964
Edificações		4.028	-	(137)	3.891
Móveis e utensílios		914	-	(15)	899
Veículos e acessórios		862	-	-	862
Máquinas e equipamentos		529	237	-	766
Equipamentos de informática		1.435	-	-	1.435
		17.732	237	(152)	17.817
Depreciação acumulada					
Edificações	4%	(2.058)	(40)	55	(2.043)
Móveis e utensílios	10%	(742)	(14)	15	(741)
Veículos e acessórios	10%	(457)	(34)	-	(491)
Máquinas e equipamentos	20%	(347)	(11)	-	(358)
Equipamentos de informática	20%	(916)	(51)	-	(967)
		(4.520)	(150)	70	(4.600)
Imobilizado líquido		13.212	87	(82)	13.217

	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 1º/01/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Custo					
Terrenos		9.964	-	-	9.964
Edificações		4.028	-	-	4.028
Móveis e utensílios		929	73	(88)	914
Veículos e acessórios		1.818	-	(955)	863
Máquinas e equipamentos		771	37	(279)	529
Equipamentos de informática		1.602	319	(486)	1.435
		19.112	429	(1.808)	17.732
Depreciação acumulada					
Edificações	4%	(1.897)	(161)	-	(2.058)
Móveis e utensílios	10%	(774)	(53)	85	(742)
Veículos e acessórios	10%	(1.149)	(202)	894	(457)
Máquinas e equipamentos	20%	(560)	(34)	247	(347)
Equipamentos de informática	20%	(1.189)	(208)	480	(916)
		(5.569)	(658)	1.706	(4.520)
Imobilizado líquido		13.543	(229)	(102)	13.212

10 Fornecedores

Refere-se, substancialmente, a obrigações contratadas por serviços de reforma da sedes em Porto Velho e nas unidades de Rolim de Moura e Pimenta Bueno. O prazo médio de pagamento é de 15 dias.

11 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2016	31/12/2015
INSS a recolher	256	12
FGTS a recolher	67	-
Outros	20	10
	343	22

12 Provisões trabalhistas

	31/03/2016	31/12/2015
Férias (a)	810	1.437
13º salário	264	-
Remuneração variável (b)	192	572
	1.266	2.009

- (a) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (b) A provisão para remuneração variável (produtividade) representa a participação de empregados e administradores a título de gratificações de desempenho, das metas de resultados institucionais, cumprimento dos limites orçamentários e os resultados por equipes. A provisão não está atrelada ao superávit ou déficit, mas sim aos cumprimentos das metas. Desta forma, a remuneração variável está sendo provisionada mensalmente. A redução deve-se ao pagamento de R\$ 494 em 25 de fevereiro de 2016.

13 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e outros

	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para perdas com processos judiciais		
Reclamações trabalhistas	572	122
Ações cíveis	52	27
Provisão atuarial		
Plano de benefício pós-emprego	11	11
	635	160

Existem outras contingências passivas envolvendo questões cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade como de risco possível, no montante de R\$ 61 e R\$ 189, respectivamente, para quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

A movimentação das provisões para perdas em processos judiciais está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Adição	31/03/2016
Reclamações trabalhistas	122	450	572
Ações cíveis	27	25	52
	149	475	624

O SEBRAE/RO efetuou depósitos judiciais no intuito de contrapor as contingências trabalhistas em curso no montante de R\$ 357, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Depósitos	31/03/2016
Depósitos judiciais	327	8	335

No âmbito fiscal, a Entidade é polo passivo em ação tributária de cobrança de débito relativo a COFINS sobre receita de serviços prestados pela Entidade, cujo valor da causa foi estabelecido em R\$ 1.129. Em 31 de março de 2016, o valor atualizado é R\$ 1.633. O risco de perda foi classificado como “possível” pelos assessores jurídicos da Entidade, motivo pela qual não foi constituída a provisão.

14 Patrimônio líquido

a. Superávit acumulado

Composto substancialmente de superávits e/ou déficits apurados ao longo dos períodos/exercícios.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído de terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado com base em 31 de dezembro

de 2010, determinou o seu valor justo em 1º de janeiro de 2010, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações e baixas dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para os superávits acumulados.

15 Pessoal, encargos e benefícios sociais

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Salários e proventos	(2.243)	(1.485)
13º salário	(199)	(132)
Férias	(287)	(304)
Outros gastos com pessoal	(30)	-
Encargos trabalhistas	(830)	(579)
Benefícios	(714)	(506)
	<u>(4.303)</u>	<u>(3.006)</u>

O aumento refere-se a contratação de novos analistas (26), através de processo seletivo, além da composição dos novos dirigentes, sendo que no período anterior a Entidade estava sob intervenção.

16 Serviços profissionais e contratados

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Instrutoria e consultoria	(357)	(121)
Serviços técnicos especializados	(99)	(96)
Manutenção, segurança e limpeza (a)	(1.062)	(152)
Demais serviços contratados	(324)	(263)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(2)	(3)
	<u>(1.844)</u>	<u>(635)</u>

O aumento refere-se principalmente ao serviço de manutenção e reparos (pintura, troca de equipamentos elétricos, hidráulicos e telhado) dos prédios da sede em Porto Velho e nas unidades de Pimenta Bueno e Rolim de Moura, cuja reforma encontra-se em andamento, além dos demais serviços licitados para atenderem a demandas da Entidade.

17 Custos e despesas de operacionalização

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Diárias e hospedagem	(297)	(453)
Passagens e transportes	(214)	(364)
Aluguéis e encargos	(165)	(26)
Divulgação e publicidade	(136)	(1)
Serviços gráficos	(56)	(36)
Serviços de comunicação (a)	(150)	(76)
Material de consumo (a)	(517)	(45)
Demais custos e despesas	(177)	(148)
	<u>(1.712)</u>	<u>(1.149)</u>

O aumento refere-se principalmente ao material de consumo utilizado na reforma e reparos (pintura, troca de equipamentos elétricos, hidráulicos e telhado) das unidades, e aos serviços de marketing e comunicação ao qual foi licitado uma agência de publicidade, além dos demais serviços licitados para atenderem a demandas da Entidade.

18 Receitas e despesas financeiras

	De 1º/01/2016 a 31/03/2016	De 1º/01/2015 a 31/03/2015
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre recursos ordinários	345	430
Rendimentos sobre recursos próprios	44	15
	389	445
Despesas financeiras		
Juros e multas	-	(4)
Comissões sobre cartões de crédito	(2)	(2)
Variação monetária passiva	-	(2)
Despesas bancárias	(1)	-
	(3)	(8)

19 Instrumentos financeiros

A Entidade está potencialmente exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los em comparação àqueles descritos nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015.

20 Benefícios pós emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, durante o período de carência, tais como o Benefício de Risco e a Renda Mensal e Vitalícia, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento. As obrigações do plano são as seguintes:

- Pagamento de renda mensal vitalícia com opção de reversibilidade ao cônjuge para os Participantes que optarem pela Letra (c) do Inciso 2º do Art.º 55; e
- O custeio do benefício de risco é de responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é de responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores. Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:
 - a. A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.

- b.** A contribuição básica do SEBRAE/NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE/NA) o aporte inicial do serviço passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do participante, em valor idêntico ao da contribuição do participante. A seguir os valores de contribuições do patrocinador e participantes para os períodos:

Contribuições	30/09/2016	30/09/2015
Participantes	115	79
Básica	86	57
Serviço passado	10	9
Voluntária	19	13
Patrocinador	89	59
Básica	86	57
Benefício de risco	3	2

- A Entidade contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. Até o momento, não foram identificadas mudanças de premissas e de outras informações que possam impactar de forma relevante os cálculos efetuados em 31 de dezembro de 2015, e que foram apresentadas no conjunto completo das demonstrações financeiras do referido exercício.